



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

**Gabinete da Presidência**

Departamento de Apoio aos Órgãos Colegiados Administrativos (DEACO)

Divisão de Análise de Atos Formais (DIATO)

## **CONSELHO GESTOR DO MUSEU DA JUSTIÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **Instituição:**

Ato Executivo TJ nº 186/2024, publicado no DJERJ de 22/08/2024.

### **Membros:**

Os membros serão designados por Portaria do Presidente do Tribunal.

### **Atribuições:**

I - propor políticas para a disseminação de conhecimento sobre a memória do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e o seu patrimônio histórico;

II - coordenar a política de Gestão da Memória da instituição de acordo com a Resolução nº 324/2020 do CNJ e em conformidade com o Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário;

III - coordenar a identificação e o recebimento de material que comporá o acervo físico e virtual de preservação, bem como a divulgação de informações relativas à Memória Institucional;

IV - propor, avaliar e sugerir à Administração Superior encaminhamentos sobre questões administrativas e técnico-científicas relacionadas ao Museu da Justiça;

V - deliberar sobre diretrizes gerais que visem à revitalização do Museu, acompanhando sua execução e desenvolvimento;

VI - representar o Museu da Justiça perante as instituições congêneres;

VII - aprovar critérios de seleção, organização, preservação e exposição de objetos, processos e documentos museológicos, arquivísticos ou bibliográficos, que comporão o acervo histórico e artístico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COPAD);

VIII - analisar propostas referentes aos seguintes critérios:

a) implementação e manutenção de exposições de longa duração;

b) avaliação dos temas abordados em exposições de curta duração;



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

**Gabinete da Presidência**

Departamento de Apoio aos Órgãos Colegiados Administrativos (DEACO)

Divisão de Análise de Atos Formais (DIATO)

c) avaliação dos programas que integram a Agenda Cultural.

IX - apreciar parecer elaborado pela Direção do Museu da Justiça, nos casos de solicitação de utilização dos seus espaços para a realização de eventos de cunho social, cultural, comercial, educativo, beneficente, esportivo e técnico-científico, avaliando quanto à conveniência, à oportunidade e ao interesse público do pleito, observando-se o disposto no seu Regimento Interno;

X - deliberar quanto à incorporação ou desincorporação de bens culturais, históricos e artísticos, físico e/ou virtual, aos seus respectivos acervos, com base em parecer elaborado pela Direção do Museu;

XI - avaliar a necessidade de contratação de serviços e/ou profissionais especializados para atuação em questões técnicas, quando não houver, no quadro funcional do Museu e/ou do PJERJ, profissional com a especialização necessária para a elaboração de laudo técnico, o controle e a valoração monetária dos acervos documental, bibliográfico e museológico, bem como elaborar projetos técnicos e similares;

XII - deliberar sobre os seguintes assuntos, no que tange às propostas de doações ao Museu da Justiça:

a) realização de chamamento público, com o objetivo de incentivar doações ao Museu da Justiça, nos moldes dos trâmites/procedimentos já adotados pelas unidades competentes deste Tribunal;

b) aceite de doações para o Museu da Justiça, analisando a conveniência, a oportunidade, o interesse público, a vantajosidade e demais critérios para julgar relevantes;

c) transferência de doações para outro destinatário ou, ainda, para outra unidade deste Tribunal, quando o objeto da doação não for de utilidade ou de interesse para o Museu.

XIII - deliberar sobre o recebimento de bem móvel permanente que necessite de manutenção, em comodato ou por cessão de uso, por prazo inferior a 12 (doze) meses, após manifestação da Diretora do Museu;

XIV - avaliar os casos omissos no Regimento Interno afetos à gestão do Museu da Justiça.